

ORDENAÇÃO DE CONSTITUENTES NA SENTENÇA: UMA INTERPRETAÇÃO FUNCIONAL

Erotilde Goreti PEZATTI¹
Roberto Gomes CAMACHO²

- RESUMO: Este trabalho apresenta uma interpretação funcional para a ordem de palavras no português falado, demonstrando que as motivações pragmáticas para os padrões funcionais SVO e VSO realmente em uso os relacionam a uma possível mudança na classificação tipológica do português do Brasil de VSO para SVO.
- PALAVRAS-CHAVE: Ordem de palavras; classificação tipológica; ordem SVO; ordem VSO.

Palavras iniciais

A classificação tipológica das línguas, uma das preocupações da lingüística atual, vem procurando, por um lado, agrupar e ordenar os dados, inventariar as diferentes estruturas e subestruturas existentes ou possíveis e, por outro, fornecer resultados globais relativos ou a todas as línguas ou a um tipo determinado de língua.

O trabalho pioneiro de Greenberg (1963) sugere uma tipologia sintática com base na ordem dos constituintes da sentença. Examinando trinta línguas diferentes, formula uma tipologia com base na posição relativa do sujeito (S), do verbo (V) e do objeto (O). Das seis possibilidades lógicas, há três dominantes: VSO, SVO e SOV. A esses três tipos se associam características sintáticas, como o uso de preposições (Pr) ou de

1 Departamento de Letras Vernáculas – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP.

2 Departamento de Teoria Lingüística e Literária – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP.

posposições (Po), a posição do adjetivo (A) e do genitivo (G) em relação ao nome (N), e o uso de partículas interrogativas e de auxiliares. Formula ainda um número de universais implicacionais do tipo: dado x numa língua particular, então y. Se uma língua tem, por exemplo, a ordem VSO como básica nas orações declarativas, o genitivo sempre seguirá o substantivo regente. Com base nessa tipologia, o português pode ser classificado como língua SVO, com preposição (Pr), em que o genitivo e o adjetivo seguem o substantivo (NG) e (NA).

Keenan & Derbyshire (apud Dryer, 1991) e Pullum (1977) apresentam, por seu lado, evidências para o acréscimo das outras três ordens logicamente possíveis VOS, OVS e OSV, que, no entanto, Vennemann (1973) e Lehmann (1973) resumem a apenas duas, OV e VO. Essa redução implica que o parâmetro fundamental é a ordem do verbo e do objeto, já que, para eles, o verbo é central nas línguas humanas e sua combinação com o objeto – o argumento interno – é a construção básica, tendo menor importância a posição do sujeito – o argumento externo. Assim VSO, VOS e SVO são especificações do tipo geral VO em contraposição a OV.

Outros pesquisadores da área, como Comrie (1989) e Hawkins (apud Dryer, 1991), criticam essa posição, alegando haver evidências fortíssimas contra a afirmação de que as línguas SVO são semelhantes às VSO e VOS. Além disso, há línguas, como o português, em que a ordem do sujeito tem relevância pragmática, não parecendo justificar-se, portanto, uma abordagem tipológica que descarte esse constituinte.

Classificar o português como língua SVO, com base na tipologia de ordem básica de Greenberg (1963), tomando por referência a ordem do verbo (V) em relação ao sujeito (S) e ao objeto (O), implica uma metodologia que leve obviamente em conta orações com verbos de dois argumentos, deixando, todavia, na obscuridade a ordem em construções com um único argumento. A classificação de Greenberg não esclarece se as seqüências SV e VS estariam implícitas nas três estruturas básicas apreendidas – VSO, SVO e SOV. Outros pesquisadores, como Pullum (1977), Pak (1973) e Ross (apud Pak, 1973), também não fazem referência aos verbos intransitivos e essa posição parece pressupor que verbos de um argumento têm o mesmo comportamento dos verbos de dois.

Os estudos sobre a ordenação de constituintes do português do Brasil têm-se concentrado, de modo geral, também nas estruturas de sentenças declarativas com verbos de dois argumentos. Considera-se a seqüência SVO a ordem não-marcada com base na frequência de uso, conforme é possível constatar em Pádua (1960), que aborda a ordem do português arcaico; em Lopes (1981), que trata da inversão sujeito-

predicado na percepção de sentenças; em Braga (1986) e em Bentivoglio & Braga (1988), que tomam por escopo a ordem OSV ou OV ao tratarem das construções de tópico.

A seqüência VS, por outro lado, é considerada uma ordem excepcional, pouco freqüente, por isso marcada, e tem sido enfocada sob diferentes perspectivas, cada qual apresentando uma explicação própria para o fenômeno. Na perspectiva da Gramática Relacional, Souza e Silva (1981) postula a hipótese do objeto inacusativo para demonstrar que, tanto na estrutura superficial quanto na profunda, o SN posposto exerce a função de objeto direto. Esse é também o posicionamento assumido por Tarallo & Kato (1989) dentro dos parâmetros da teoria gerativa: se há algum tipo de inversão com verbos ergativos, ela não seria motivada por posposição do sujeito, mas por alçamento do argumento interno do verbo (objeto) à posição de argumento externo (sujeito), ocupado inicialmente por uma categoria vazia.

O estudo de Bittencourt (1980), que também se inclui nos quadros da abordagem gerativa, restringe-se aos predicados constituídos por verbos intransitivos e copulativos, já que a transitividade verbal, segundo a autora, constitui uma restrição à inversão do sujeito. Decat (1983) propõe, por sua vez, que não ocorre concordância verbal com nenhum SN em orações com sujeito posposto, permanecendo o verbo na 3ª pessoa do singular, como os impessoais; em sua interpretação, o verbo é o tópico e, como é esse elemento que rege a concordância, não há como estabelecê-la.

Uma alternativa para explicar a natureza da estrutura V+SN é a funcionalista, quadro teórico em que se incluem vários trabalhos, além dos de Braga e Bentivoglio & Braga já mencionados. Seguindo Givón (1976), Pontes (1982) conclui que a ordem VS é marcada em contraposição à ordem SV, considerada normal, havendo ainda maior freqüência da primeira na língua escrita que na oral. Votre & Naro (1986) consideram, por sua vez, que VS é uma ordem invertida, constituindo VS e SV variantes em distribuição complementar. Em trabalho descritivo, Urbano (1987) depreende a freqüência da ordem VS em relação aos tipos de verbos, verificando que SV predomina sobre VS, que é a marcada. Adotando a metodologia sociolinguística-variacionista, Lira (1982, apud Lira, 1986) depreende alguns fatores relativos ao próprio SN sujeito que favorecem a posposição.

Outros trabalhos, como os de Duarte (1992), Berlinck (1989), reservam-se, *grosso modo*, a tarefa de tratar cada qual de um aspecto do complexo de fenômenos que envolvem a ordem VS; já Decat (1989) examina a ordem SVO, procurando detectar as pressões estruturais que levaram as construções de tópico, antes examinadas por Pontes (1987) e

Braga (1986), a serem reanalisadas em alguns casos como sujeito. No geral, há mais convergência e complementaridade entre esses três estudos do que divergência, já que partem de uma perspectiva diacrônica do fenômeno envolvido, que compatibiliza o enfoque variacionista e o gerativista.

Apesar de ser um tema já muito investigado na literatura, a ordem de palavras na sentença mantém-se ainda não suficientemente explicada. Parece-nos que a razão disso reside no fato de que cada autor aborda esse fenômeno como um aspecto particular no âmbito da teoria adotada, sem preocupar-se em fornecer um quadro geral mais abrangente e, portanto, mais adequado, no qual se inserem as estruturas sentenciais do português do Brasil (doravante PB), relativamente à ordem de palavras. Em geral, os trabalhos sobre o assunto consideram que o PB tem uma orientação básica SVO, constituindo-se os casos de ordem VS os que exigem maior atenção, justamente por se afastarem do que é considerada a ordem canônica. Argumentos alternativos, como anteposição do verbo (V-FRONT) e posposição de sujeito, são postulados para explicar o mesmo fenômeno, tal como se observa em Kato (1987), para estruturas que apresentem um movimento desencadeado por algum elemento contido em COMP.

Fornecer uma descrição mais adequada a respeito da ordem no português falado no Brasil significa, para nós, relacionar dados empíricos a bases teóricas de natureza funcional, com uma metodologia em que o tratamento da função dos constituintes sentenciais permita que as generalizações de ordem formal, sintática, sejam necessariamente decorrentes de generalizações dos níveis pragmático e semântico. A opção pelo modelo de Dik (1981a e 1989), justifica-se no fato de ser esse autor pioneiro na tentativa de propor uma teoria funcional completa, embora ainda em fase de elaboração.

Ao assumirmos uma perspectiva funcional para a linearização de constituintes, não defendemos a idéia de que o português falado tenha necessariamente uma única ordem básica. Não apenas falta razão empírica para esse postulado, como também não há razão teórica, nos quadros da Gramática Funcional (doravante GF), para adotá-lo. Isso não significa favorecer o extremo oposto e fornecer uma enumeração de todas as ordens de constituintes que se atualizam no uso. O que pretendemos é tentar explicar o assunto em termos de alguns princípios gerais com validade trans-sistêmica, que se apliquem ao português falado (Dik, 1981a, b). Esperamos que, além de abrangente, seja esta abordagem também tão exaustiva quanto possível e coerente com o quadro teórico que a sustenta.

A aplicação da GF não apresenta novidade, já que o próprio Dik (1981b) interpretou a ordenação dos constituintes no português, restringindo-se, porém, à variedade de Portugal (doravante PP). Considerando que o sujeito pode ocorrer em posição pré- e pós-verbal, Dik discute criticamente duas explicações alternativas para esse fenômeno: 1) de acordo com Perlmutter (1976), Sujeitos pós-verbais não são Sujeitos reais, já que perdem suas propriedades definidoras mediante uma regra de rebaixamento, posição a respeito do SN pós-verbal compartilhada por outros pesquisadores de orientação formalista; 2) de acordo com Brito & Duarte (apud Dik 1981b), Sujeitos pós-verbais devem ser definidos como Sujeitos reais, mas a posição pré-verbal é considerada básica, sendo necessário, portanto, postular uma regra de posposição. Embora Dik compartilhe com Brito & Duarte o argumento de que ocorrem Sujeitos reais em posição pós-verbal, ele a considera também uma posição padrão para o Sujeito em português, não submetida a qualquer tipo de transformação.

Ainda que em alguns aspectos sua análise inclua o PB, há construções consideradas inaceitáveis no PP, mas perfeitamente naturais no PB. Dessas diferenças resultam conseqüências teóricas importantes, que serão posteriormente discutidas neste trabalho.

A grande maioria das línguas tem diversas ordens alternativas com uma predominante; nem por isso há razão para considerá-la a única ordem básica. Sendo assim, de acordo com o enfoque da GF, que prevê a co-existência de diferentes estruturas, usadas em diferentes condições e para diferentes propósitos, postulamos aqui que, no PB, predominam dois padrões igualmente relevantes de ordenação. Argumentaremos ainda que, de uma perspectiva diacrônica, o PB se enquadra primitivamente num tipo VSO, como atesta a perenidade da construção VS, categórica em construções ergativas, apresentando, no entanto, uma forte tendência evolutiva para SVO.

Para tanto, será primeiramente necessário apresentar alguns princípios teóricos relevantes que fundamentam nossa posição, de que se trata na seção 1. A seção 2 apresenta o escopo do presente trabalho em função dos pressupostos teóricos e o universo da pesquisa. Em seguida, nas seções 3 e 4, argumentaremos, com base em evidência empírica, que existem dois padrões em uso, ambos funcionalmente relevantes para o PB, com uma distribuição diferente para os diferentes tipos sentenciais. Na seção 5, discutiremos as conseqüências do posicionamento assumido para classificação tipológica do PB e para o sistema gramatical atualmente vigente em face de evidência diacrônica, fornecida pela literatura.

Fundamentação teórica

Para tratar adequadamente dos objetivos deste trabalho, conforme exposto acima, cabe, a título introdutório, discutir alguns princípios fundamentais da GF de Dik (1981a e 1989) a respeito de ordenação.

A estrutura abstrata de oração é considerada não ordenada: a apresentação dos constituintes na estrutura subjacente não é diretamente relevante para a ordem linear em que aparecem atualizados nas expressões lingüísticas. As estruturas subjacentes são vistas como estruturas relacionais em que o estatuto dos constituintes é codificado em seus rótulos funcionais e as diferenças de escopo são codificadas por meio de parentetização; o mesmo é válido para a estrutura dos termos.

Para chegar às expressões lingüísticas, regras de colocação atribuem posições aos constituintes da estrutura subjacente na seqüência linear em que se atualizam. Segundo Dik (1989), tais regras fazem parte do componente de expressão da GF, isto é, a ordem dos constituintes serve como um dos meios de expressar formalmente relações e funções da estrutura subjacente. Considerar regras de colocação como um mecanismo de expressão equivale a postular teoricamente a funcionalidade da ordenação de constituintes, de modo que ordens alternativas podem expressar certas distinções nas estruturas subjacentes.

Outro princípio geral que é necessário considerar é que, à luz do postulado de que uma GF deve evitar transformações de qualquer tipo, as regras de colocação não movem um constituinte de uma posição a outra: servem para designar uma posição a constituintes que não dispõem ainda de lugar, organizando linearmente estruturas subjacentes não ordenadas. O impedimento de regras de movimento tem uma importante conseqüência: uma vez que tenha sido atribuída uma posição a um constituinte, ele não pode ser movido para qualquer outra na seqüência. Isso significa que todas as diferenças, tradicionalmente descritas em termos de reordenação, inversão, permuta, posposição etc. devem ser tratadas como colocações alternativas que são sensíveis, por sua vez, a diferenças na estrutura subjacente da oração.

A ordenação de constituintes não constitui uma propriedade profunda das línguas naturais, mas representa um mecanismo de expressão superficial que pode ser empregado, em maior ou menor grau, para codificar relações subjacentes em seqüências atualizadas. Esse princípio tem conseqüências relevantes: 1. não sendo uma propriedade profunda, as estruturas subjacentes de oração das diferentes línguas não diferem necessariamente quanto à ordenação dos constituintes, o que adiciona uma validade transistêmica para a noção de estrutura subjacente e para

a adequação tipológica da teoria; 2. não há razão para postular uma única ordem básica para uma determinada língua; o que há é a co-existência de diferentes padrões a serem usados em diferentes condições e para diferentes propósitos; 3. não há uma separação entre línguas de ordem relativamente livre e relativamente fixa.

Dik (1989) se reúne aos que criticam a tendência dos seguidores de Greenberg em empregar os rótulos VSO, VOS e SVO como se fossem nomes de tipos lingüísticos holísticos, supostamente unificados, quando o próprio Greenberg afirma que "*the vast majority of languages have several variant orders but a single dominant one*" (1963, p.76). Além disso, essa tripartição torna-se destituída de significado porque línguas SVO, em contraste com os dois outros tipos, não constituem um tipo unificado e, por isso, podem-se inferir poucas correlações de ordem de constituintes a partir do conhecimento de que uma língua dispõe de ordem SVO (1989). Esse comportamento característico das línguas do tipo SVO é que torna pouco operacional a simplificação de Vennemann (1973) e Lehmann (1973): segundo Dik, se a oposição VO-OV for tomada como um princípio explanatório, apenas aproximadamente 50% de todas as línguas se enquadrariam numa ou noutra tipologia. As demais línguas seriam misturas deles ou estariam em curso de mudança de um para outro tipo. A principal razão disso é, uma vez mais, que o tipo SVO não constitui um grupo unificado de línguas e, portanto, não pode juntar-se ao tipo VSO.

Em vez de penalizar tantas línguas por não se conformarem a um simples princípio, Dik considera que o princípio é simples demais para dar conta da real complexidade dos fatos. Postula, então, que os padrões de ordenação devem ser descritos e explicados em termos de preferências e princípios interatuantes e possivelmente em competição, que constituem uma teoria multifuncional da ordenação de constituintes (Dik, 1989, p.337).

A idéia básica subjacente à visão que tem a GF da ordem de constituintes é a de que os padrões manifestos que se encontram nas línguas diversas resultam de três forças principais interagindo entre si com certo grau de tensão: (i) a preferência por manter constituintes com a mesma especificação funcional invariavelmente na mesma posição estrutural; (ii) a preferência por atribuir certas posições específicas – particularmente, a posição inicial da oração – a certas categorias gramaticais e a constituintes na função de Tópico ou de Foco; (iii) a preferência por uma ordenação de constituintes da esquerda para a direita conforme o grau crescente de complexidade categorial: a posição mais favorável a um pronome é antes de um SN e a de uma oração subordinada, após quase

todos os demais constituintes. Para dar conta de (i), a GF estabelece um ou mais padrões funcionais que definem as posições que podem assumir os constituintes de um estatuto funcional dado; para dar conta de (ii), adiciona certas "posições especiais" a esses padrões funcionais e fornece regras que especificam qual o tipo de constituinte que pode ser colocado nessas posições especiais e sob que condições; já a preferência em (iii) se traduz em termos de princípios universais de ordenação (Dik, 1981a).

Assim, a teoria de ordenação de constituintes da GF, brevemente resenhada acima, sustenta que cada língua tem um ou mais padrões funcionais, conforme o esquema geral em (1).

(1)P2, P1 (V) S (V) O (V), P3³

As regras de colocação inserem os constituintes da predicação subjacente em suas respectivas posições nesse esquema e nenhum movimento subsequente é permitido, depois que um constituinte tiver recebido lugar na estrutura. P2 e P3 são as posições reservadas, respectivamente, para Tema (*Theme*) e Antitema (*Tail*) e as vírgulas indicam pausas entonacionais.

Os termos *Tema* e *Antitema* são empregados para designar os constituintes interpretados na literatura como deslocamento à esquerda e à direita respectivamente e que, na GF, não fazem parte da predicação propriamente dita. São elementos que a precedem ou a seguem, estando com ela conectados por razões pragmáticas. O constituinte Tema deve apresentar um domínio ou universo discursivo em relação ao qual é relevante enunciar a predicação subsequente, enquanto o constituinte Antitema deve apresentar um pensamento ulterior (*afterthought*) à predicação, informação especificada para esclarecê-la ou modificá-la, em relação a algum constituinte nela contido.⁴ Quanto à predicação pro-

3 Os parênteses indicam aqui posição variável do constituinte V; mais adiante, voltaremos a empregá-los para constituintes, como O, que podem vir ou não a ocorrer, conforme exige a valência do verbo. Outro aspecto é que SV(O) ou VS(O) são esquemas estruturais que incluem também construções com cópula.

4 Convém explicitar que, na GF, *Antitema* traduz o que Tarallo & Kato chamam de *Antitópico*, que é o resultado de uma regra de inversão livre, em que "o sujeito é um pronome resumptivo zero, anafórico de um SN em posição adjunta a S, não-argumental" (1989, p.30). A despeito da diferença de terminologia, o *Antitema* é também uma posição não-argumental e, portanto, adjunta a S, em termos gerativos. Conforme sugestão contida em Pezatti (1992), traduzimos por *Antitema* o termo *Tail*, de Dik, que além de representar posição não-argumental, como o Tema, o SN que ocupa essa posição final de adjunção a S realiza uma função oposta à exercida pelo SN na posição de Tema.

priamente dita, são relevantes as duas funções pragmáticas de Tópico e Foco. Um constituinte com função Tópico apresenta a entidade sobre a qual se faz uma predicação, enquanto o constituinte com função Foco apresenta a informação relativamente mais importante ou saliente da predicação de acordo com a informação pragmática de que dispõem emissor e receptor.

Entre as vírgulas, encontram-se os possíveis padrões para a oração propriamente dita, que constitui uma predicação completa, conforme o esquema *Tema, Predicação, Antitema*. As regras de colocação determinam em primeiro lugar que constituintes devem ou podem ir para a posição P1: verifica-se primeiramente se há algum constituinte-P1 na predicação, como palavras-QU, pronomes relativos e conectores subordinadores. Se nenhum constituinte desse tipo estiver presente, então podem ser colocados na posição P1 constituintes com função de Foco ou de Tópico. Aplicadas as regras de P1, todos os demais constituintes da predicação assumem as respectivas posições estruturais, indicadas por S, O, V e outros símbolos possíveis, como X, usados especialmente para indicar posições de satélites.

Algo muito próximo de um preenchimento de todas as posições previstas no esquema em (1) seriam sentenças como (2); conforme explicitado acima, S é levado, em virtude de sua propriedade tópica, para a posição P1.

(2) *No Brasil, ele evoluiu muito, o teatro.*

P2,P1/ S V X, P3

O escopo do presente trabalho

O estudo pioneiro de Greenberg (1963) restringiu-se, vale repetir, a estruturas de sentenças declarativas com SNs plenos, isto é, lexicalmente preenchidos, com verbos de dois argumentos. Este trabalho pretende incorporar outros fatores, considerados relevantes para o assunto, dentre eles, as estruturas com verbos de um argumento.

Em certas línguas, a ordem encontrada em orações principais difere da que se encontra em orações subordinadas. É então possível interpretar tal distinção como uma codificação de diferenças sintáticas fundamentais entre as duas orações. Também essa distinção será levada em conta no presente trabalho.

Outro aspecto é o da diferença entre tipos de sentenças. Uma teoria da ordenação de constituintes não deve restringir-se a orações decla-

rativas independentes, mas incluir também outros tipos sentenciais, como sentenças interrogativas parciais e subordinadas, e tentar explicar a funcionalidade das diferentes ordens, se houver, na distinção desses tipos sentenciais.

Todos os enfoques de ordem de constituintes se baseiam, explícita ou implicitamente, em alguma espécie de distinção entre uma ordem neutra, não-marcada, e outra não neutra, marcada. Como essa diferença mostra uma forte motivação intuitiva, uma abordagem da ordem de constituintes deve procurar explicá-la.

Outro aspecto relevante a considerar é a distinção entre argumentos e satélites. Ainda que haja a mesma ordem dominante dos constituintes S, V e O, as línguas podem diferir em relação à posição que atribuem a constituintes satélites, indicados por X na GF. No português falado, é comum satélites ocuparem a posição P1, sendo, por isso, necessário considerar a relevância desses constituintes na ordenação das sentenças.

Por fim, deve-se lembrar a vocação profundamente empírica da GF, de modo que a seleção de dados realmente manifestos acompanhe necessariamente sua interpretação. O universo de pesquisa é uma amostragem representativa do *corpus* mínimo do Projeto de Gramática do Português Falado, composto pelos inquéritos a seguir, no qual se operou uma seleção das estruturas sentenciais pertinentes sob um ponto de vista qualitativo, de acordo com seu estatuto funcional.

de Porto Alegre: EF-278, DID-045, D2-291

do Rio de Janeiro: EF-379, DID-328, D2-355

de São Paulo: EF-405, DID-234, D2-360⁵

de Recife: EF-337, DID-131, D2-005

de Salvador: EF-049, DID-231, D2-098.

O padrão funcional VSO

Conforme o roteiro anteriormente estabelecido, apresentaremos, em primeiro lugar, evidência empírica e funcional para o padrão de ordenação de constituintes incluído em (3) a seguir. Postulamos que esse pa-

5 Com relação a São Paulo, vale observar que foram considerados, além dos inquéritos do *corpus* mínimo do PGPF, os seguintes inquéritos, conforme publicados em Castilho & Preti (1986-1987) e Preti & Urbano (1988): D2-255, 333, 396,346,62; DID-18, 161, 251, 137, 208, 235, 242, 250 e EF-377, 338, 124, 156,153.

drão se mostra adequado para dar conta de estruturas sentenciais do PB, com a configuração V+SN, muito discutida na literatura como posposição de sujeito. Acreditamos que uma explicação funcionalista como a que segue dá conta satisfatoriamente do fenômeno sem criar soluções provisórias.

(3) P2, P1 V S (O), P3

No esquema de (3), P2 e P3 são, vale repetir, as posições reservadas, respectivamente, para Tema e Antitema, e as vírgulas indicam pausas entonacionais. Convém também reafirmar que a função extraracional Tema é geralmente tratada como Tópico na literatura. Entre as vírgulas encontram-se os possíveis padrões para uma predicação completa.

Considerando que há casos em que não há razão pragmática para colocar o Sujeito em P1, já que ele não tem função de Tópico, essa posição permanece vazia, ou é preenchida com outro elemento compatível com ela, assim, em (5c), P1 é preenchida por um constituinte Foco. Os casos que se incluem tipicamente nesse padrão dizem respeito às construções ergativas com verbos existenciais e apresentacionais, como em (4a-b) e (5a-c), respectivamente, que exibem, portanto, o padrão P1 V S

(4) a *existem bairros sem água* (D2-RE-05)

b *não existe passado, presente e futuro* (EF-SP-124:58)

(5) a *veio um preto de quase dois metros de altura* (DID-SP- 208 96)

b *sáiram uns, uns temperos mais, mais novos* (D2-POA-355)

c *aqui entra o meu ponto de vista* (EF POA-278)

Esse padrão funcional pode incluir também outras construções ergativas, como as de (6a-d)

(6) a *cabia um ovo de galinha* (DID-SP-308 100)

b *umenta o pengo aumenta o controle* (D2-SP-343 60)

c *expirou o prazo* (D2-SP-360 152)

d *morreu um colosso de gente aqui em São Paulo* (D2-SP-396 216)

Nessas construções, reluta-se frequentemente em categorizar como Sujeito o SN em posição pós-verbal. Kato (1987), por exemplo, alega que "o SN à direita do verbo é um objeto direto não-acusativo, que pode alçar-se para a posição de sujeito, originariamente uma categoria

vazia não-referencial (= um pro expletivo)" (p.243). Seguem essa orientação Berlinck (1989), Decat (1989) e Tarallo & Kato (1989). No entanto, a GF não reluta em categorizar esse SN posposto como Sujeito real, aplicando a construções, como (6c), o seguinte padrão funcional.

(6c) Ø *expirou o prazo*

P1 V S

O esquema funcional incluído em (3) acima encontra plena justificativa no fato de que se aplica a uma ordenação praticamente categórica do PB, quando se trata de construções ergativas; além disso, aplica-se também satisfatoriamente às construções de (7-9), similares às de (4-6). A vantagem teórica, nesse caso, é que o enfoque funcional adotado é compatível ainda com as exigências de generalidade.

(7) a. *onde é que estão os economistas?* (EF-POA-278)

b. *sabe quanto é que está saindo o meu financiamento mensal?* (D2-RJ-355)

(8) a. *aqui é adverso o clima para ele.* (D2-SP-360:156)

b. *hoje está todo mundo louco.* (DID-SP-234:112)

c. *Ali moram os meninos.* (Tarallo & Kato, 1989)

(9) *Cem mil cruzados faturou nossa barraca.* (Votre & Naro, 1986)

Essas construções são tratadas como casos de V-FRONT por Kato (1987) e Tarallo & Kato (1989). Nessa análise, o verbo é anteposto ao sujeito (V-FRONT) e esse movimento é desencadeado por algum elemento em COMP, posição ocupada por elementos focais como palavras-QU em (7a-b), advérbios dêiticos em (8a-c) ou ainda SNs em (9). Na GF, COMP nada mais é que a posição especial P1, não havendo necessidade de deslocamento de qualquer constituinte, uma vez determinada sua posição na estrutura da sentença. Desse modo, as construções contidas em (7-9) se enquadram perfeitamente no padrão geral exposto anteriormente em (3), já que a posição P1 ora é ocupada por um constituinte-P1, ora por um constituinte com função de Foco ou de Tópico. O mesmo é aplicável à sentença existencial em (10), em que o dêitico locativo é Foco.

(10) *então realmente lá tem aquelas noites prateadas.* (D2-SP-62:64)

Em todos os casos de (7-10), o constituinte colocado em P1 exerce função de Foco. Observe-se que essa função é duplamente marcada em (7a-b): além de palavra-QU, há um marcador específico, muito comum no PB, expresso por uma clivagem. Fortes razões parecem sustentar que

há pouca motivação para que o Sujeito seja alocado na posição pré-verbal, quando um constituinte focal ocupar a posição P1.

Outra construção denominada V-FRONT se refere à ordem VS com verbos não-ergativos, em que o sujeito é indefinido como em (11a); a explicação é a mesma para construções com verbos *dicendi*, como a expressão grifada de (11b), em que é obviamente definido o SN pós-verbal representado pelo dêitico pessoal.

(11) a. *Telefonou um cliente.* (Tarallo & Kato, 1989)

b. *normalmente existe...acredito eu...um colegiado.* (DID-RE-131)

Uma análise formalista é obrigada a admitir que haja necessariamente um elemento em COMP, considerado, neste caso, a categoria FLEX não manifesta. Parece-nos ser essa uma interpretação *ad hoc*, principalmente porque, para Tarallo & Kato (1989), “o efeito funcional dessa regra em português é que o sujeito nessa nova posição passa a ser naturalmente interpretado como parte do foco da sentença” (p.29).

A análise funcionalista aqui adotada nos parece uma alternativa mais viável e menos provisória para a interpretação desses casos. Como todo predicado manifesta de fato informação nova, não há razão funcional alguma para preencher a posição P1, destinada, em nosso enfoque, primordialmente a Foco e secundariamente a Tópico. Em outros termos: o SN *um cliente*, além de não ser Tópico, não constitui sozinho o Foco, não podendo, por isso, ocupar a posição P1, destinada a constituintes com função pragmática.

Como toda a sentença constitui informação nova, adotaremos, para estruturas de (10), como também para as construções ergativas de (4-6), a denominação de *frase-comentário*, proposta por Pezatti (1992). Nessa subclasse de construção VS, o verbo e seu único argumento constituem uma unidade fechada que, ao descrever um estado de coisas, não especifica qualquer elemento como Tópico, ou seja, como o constituinte da predicação sobre o qual se afirma alguma coisa.

Observe-se a interpretação alternativa para duas estruturas sentenciais diferentes contidas em (12a-b) em que o constituinte *aqui*, na perspectiva de Tarallo & Kato (1989, p.22), recebe as funções de Foco e de Tópico respectivamente.

(12) a. *Aqui dormem as crianças.*

b. *Aqui, as crianças não dormem.*

No primeiro caso, o esquema funcional é P1VS. Como na GF o constituinte na posição inicial é Foco, as duas interpretações coincidem.

Entretanto, nosso enfoque postula uma posição P2 para o primeiro constituinte de (12b), que é seguido de pausa entonacional, conforme o esquema P2, P1/SVO, em que P2 é Tema, não Tópico ou Foco, para os quais seria reservada a posição P1, onde se insere o Sujeito.

Além dos casos aqui discutidos, o padrão P2, P1VS(O), P3 permite dar conta de outras estruturas especiais, comumente denominadas Construções de Tópico (CTs), observadas especialmente em Pontes (1987). Essa autora chama a atenção para um tipo de estrutura muito recorrente no PB, exemplificada em (13), em que o SN anteposto ao verbo se comporta como um sujeito, provocando inclusive em alguns casos a concordância verbal.

- (13) a. *O meu carro furou o pneu.*
b. *O Carlos André cresceu o nariz.*
c. *A Sarinha tá nascendo dente.*
d. *O jasmim amarelou as pontas.*
e. *Minha casa deu ladrão.*
f. *Essa torneira aí não sai água?*
g. *Essa janela não venta muito.* (p.35)

Estruturas como essas são similares às construções ergativas com verbos de processo de (6b-d); o que as difere é que as sentenças contidas em (13a-g) manifestam também um constituinte com função de Tópico ocupando a posição P1; o constituinte Sujeito, por seu lado, permanece em sua posição pós-verbal, categórica nessa modalidade de construção, conforme o esquema para (13a).

- (13) a. *O meu carro furou o pneu.*
P1 V S

O padrão funcional SVO

O padrão funcional P1VS(O) aplica-se aos casos de ordenação V+SN, em que, como se viu, não há razão pragmática para colocar o Sujeito na Posição P1, que é deixada vazia, ou preenchida por algum outro constituinte com função de Foco ou de Tópico. Se essa interpretação é verdadeira para essas construções, então também o é, *mutatis mutandis*, para os casos opostos de ordenação: as construções SN+V serão vis-

tas agora como casos em que se coloca o Sujeito em P1, em virtude de ter função de Tópico.

Uma mesma sentença pode conter ao mesmo tempo as funções de Foco e de Tópico, como ocorre em (14), construção com verbo existencial em que o Sujeito topicalizado encontra-se em posição não-marcada, que é obviamente a anteposta ao verbo e o Foco, incidindo sobre o dêitico *hoje*, permanece na posição P1.

(14) *hoje isso não existe* (D2-RJ-355)

A sentença (15), por seu lado, embora pareça manter um comportamento sintático similar a (14), tem a posição de Sujeito preenchida por um dêitico pessoal no papel de indeterminador, que não exerce função tópica. O esquema funcional que se aplica a ambos os casos é P1SV(O).

(15) *hoje você paga o dobro ou o triplo.* (D2-RJ-355)

O português tem sido considerado uma língua SVO, como já se afirmou no início deste trabalho. Essa ordem, predominante em orações com verbos transitivos (16), intransitivos (17), e cópulas (18), é decorrente de um padrão primitivo P1VS(O), em que o constituinte Sujeito em função de Tópico passou a ser colocado na posição P1, própria para constituintes com função pragmática, quando não há nenhum outro constituinte-P1 na predicação.

(16) *Mackenzie criou cursos técnicos de...de grau superior.* (D2-SP-62:84)

(17) *a::produção cresceu muito...* (EF-SP-153:94)

(18) *a igreja é clara.* (EF-SP-405:54)

Resultou, por conseguinte, um novo padrão funcional, representado em (19), para dar conta da tendência de topicalização do Sujeito, vigente atualmente no PB.

(19) P2, P1 S V (O), P3

Assim a construção comumente considerada mais neutra em português apresenta a estrutura SV(O), com o constituinte S ocupando, na verdade, a posição de Tópico. Desse modo, as sentenças (16-18) acima são mais bem descritas com o padrão P1/ SVO que explica também outras estruturas predominantes, como demonstramos abaixo.

Há uma diferença muito relevante entre a interpretação que aqui fornecemos dos dados do PB e a que fez Dik (1981b) dos dados do PP. Em sua análise, Dik entende que somente o constituinte Sujeito pode ser co-

locado na posição P1, sendo atribuída a função Tema a todos os demais constituintes que podem aparecer na posição inicial da oração. Esse modo de interpretação se fundamenta nas construções em que, além de Tema, há um clítico anafórico com atribuição de Caso, como se observa em (20): subtraído o Tema em P2, a predicação, como se vê, fica completa.

(20) *Esse filme, o João viu-o ontem.* (Dik, 1981-b, p. 170).

Essa interpretação, no entanto, não se estende igualmente ao PB. Na variedade falada, raramente se encontram construções como (20), mais freqüentes na modalidade escrita e nos registros falados mais formais. O mais próximo de (20) é (21), em que há, no lugar do clítico, um pronome tônico de caso nominativo na função de Objeto da predicação.

(21) *Esse filme, o João viu ele.*

O esquema funcional que se aplica mais adequadamente a (21) é P2, P1SVO, em que P1 é deixada vazia, uma vez que o constituinte na função de Tópico é o Objeto, representado pelo pronome correferente ao Tema. O Sujeito que, nesse caso específico, representa o ponto de vista da predicação não converge, em termos estruturais, com a posição P1, já que não exerce função de Tópico.

Considerando que P1 faz parte da predicação, diferentemente do Tema, é mais natural interpretá-la como uma posição para constituintes em função pragmática de Foco ou de Tópico, com diversas funções sintáticas, conforme observado por Braga (1986), e que se pode verificar, por exemplo, em (22a-c). Nessas construções, em que P1 é ocupada respectivamente por constituintes na função de objeto direto, de objeto indireto e adjunto adnominal, o esquema que se aplica é P1SV(O).

(22) a. *esse eu não vi.* (D2-SP-333:252)

b. *“Caiu o Ministério” eu gostei bastante* (DID-SP-234:104)

c. *a última eu não lembro o nome* (DID-SP-234:104)

Por outro lado, é também possível aplicar a estrutura *Tema, Predicação* a construções comumente denominadas “anacoluto” (Pontes, 1987), como em (23a-b e 24a-c).

(23) a. *o gado de leite ele é muito mais delicado.* (DID-SP)

b. *o gado de corte a raça base é o zebu.* (DID-SP-18:28)

c. *filme eu gosto mais de comédia.* (DID-SP-234:104)

(24) a. *mercado de capitais existem alguns.* (D2-SP-62:80)

b. *elementos técnicos tem campo para eles.* (D2-SP-62:84)

Em (23a-c) aplica-se o esquema P2, P1/ SV(O), visto que o Sujeito exerce função de Tópico na predicação, sendo às vezes correferente ao Tema, como ocorre em (23a); já em (24a-b), a posição P1 fica vazia e o Sujeito permanece na posição pós-verbal, conforme é comum ocorrer em construções com verbos existenciais.

Outro caso de estrutura *Tema, Predicação*, comum no PB, se refere às construções (25a-c), em que o constituinte colocado na posição mais à esquerda do Verbo é um Sintagma Adverbial (SAdv).

(25) a. *em Paris* você vê a *Vênus de Milo.* (DID-SP-137:76)

b. *na Itália* nós sentimos muito (a *desorganização*). (DID-SP-137:84)

c. *em Poços de Caldas* você sabe lugar pequeno o pessoal vai mesmo muito mais a *cinema.* (DID-SP-234:112)

O SAdv é um constituinte não-argumental ou *satélite* (Dik 1981a; 1989). Reconhecendo a diferença no estatuto argumental dos constituintes da predicação, Dik introduz em seu modelo três níveis de representação: o da predicação nuclear (*nuclear predication*), em que se inserem os argumentos, e os da predicação central (*core predication*) e predicação estendida (*extended predication*), em que se inserem satélites de diferentes níveis de incidência na predicação. Em razão da óbvia relevância funcional do satélite, esta análise inclui o nível da predicação estendida.

Há construções em que o satélite ganha estatuto funcional de Foco, como ocorre em (26a), que inclusive apresenta duas marcas formais, a clivagem e o advérbio de inclusão/exclusão (Ilari et al., 1990) *só*, e em (26b), caso de Foco contrastivo, função exercida por *aqui em São Paulo*; nesses casos, em que faz parte da predicação, o satélite deve ocupar a posição P1.

(26) a. *através de jornais só que* o teatro é divulgado. (DID-SP-234:116)

b. *em Campo Grande foi no teatro da cidade agora aqui em São Paulo elas foram apresentadas...no Teatro Rui Barbosa da Universidade Mackenzie.* (DID-SP-161:48)

O esquema funcional que se aplica às sentenças contidas em (25) e (26) é, como se vê, P2, P1SV(O).

É possível observar que a ordenação de constituintes no PB segue regras muito complexas e variadas de colocação, fortemente marcadas por razões pragmáticas. São essas razões que motivam a inserção de

constituintes em posições extrapredicacionais, como Tema e Antitema, e em posições predicacionais, como Foco e Tópico.

Todos os casos analisados aqui dizem respeito às orações declarativas independentes, em cuja classe se podem incluir as interrogativas totais. Passaremos a considerar agora as orações subordinadas em geral e as interrogativas parciais, construções em que a primeira posição da predicação é obrigatoriamente preenchida por um constituinte-P1: palavras-QU, pronomes relativos e conectores subordinativos em geral.

Às orações subordinadas relativas, como (27), em que pronome conector na predicação encaixada exerce função sintática de Sujeito, aplica-se normalmente o padrão funcional P1/SV(O).

(27) *até eles comerem todas as coisas que fazem parte do café eles demoram*. (DID-SP-360:144)

Quando, por outro lado, o pronome conector exerce qualquer outra função na predicação encaixada, aplica-se a ela outro esquema funcional. Em orações, como (28a), o padrão P1VS(O), contido em (3) acima, aplica-se de modo similar às outras construções V+SN do PB, até aqui consideradas. Conforme demonstrado anteriormente, as regras de colocação determinam, em primeiro lugar, que um constituinte-P1 deve ir para a posição P1. No caso das orações relativas, o pronome conector ocupa necessariamente a posição P1, podendo S ficar facultativamente em posição pós-verbal.

(28) a. *ela é de certa maneira a...a arte mestra...à qual deveriam se sujeitar as demais*.

Entretanto, a versão alternativa (28b), muito mais comum, consiste numa construção encaixada em que o Sujeito ocupa a posição pré-verbal.

(28) b. *ela é de certa maneira a...a arte mestra...à qual as demais deveriam se sujeitar...*(EF-SP-156:48)

Nesse caso, o comportamento de orações relativas é similar ao de interrogativas parciais, conforme se verifica em (29).

(29) *que tipo de assistência jurídica o sindicato presta?* (DID-RE-131)

Conforme se constata em Kato (1987), é variável no PB e categórica no PP a estrutura da interrogativa parcial. No PP, a ordenação é fixa, similar ao que ocorre nos exemplos de (7a-b) acima, com uma ordenação V+SN; já no PB é variável, embora predomine P1SV(O), uma construção

mais tardia, decorrente do processo cada vez mais marcante de topicalização que levou S a ocupar a posição P1, conforme acima demonstrado.

Nas relativas em que o conector não exerce função de Sujeito e em construções interrogativas parciais, o Sujeito/Tópico não pode colocar-se na posição P1, que já se acha ocupada por um constituinte-P1; nesse caso, o Sujeito permanece na posição pré-verbal não-marcada. Em outros termos, o Sujeito, como também constituintes em outras funções, pode ser Tópico em sua posição canônica, já que, para a GF de Dik, o Tópico não ocupa necessariamente a posição inicial.

Fenômeno similar ocorre com outras estruturas sentenciais encaixadas, como (30b-c), em que os conectores ocupam a posição P1 e S, a posição imediatamente anterior ao verbo, cuja estrutura é similar à relativa de (30a).

- (30) a. *uma cadeia de supermercados da qual você é assessor*. (D2-RE-05)
- b. *eu acho que eles têm mais preparo*. (DID-SP-234:183)
- c. *quando eu comprei o apartamento*. (D2-RJ-355)

Conseqüências teóricas dos padrões funcionais

Dados diacrônicos sugerem um progressivo “enrijecimento” da ordem SV, que, com exceção de construções com verbos existenciais, passou a dominar aos poucos os contextos antes compartilhados com a ordenação VS, conforme se observa em Berlinck (1989). A linha central do processo, conforme propõe a autora, é a passagem de uma orientação funcional, antes definida pelo estatuto informacional do referente do SN, para uma orientação formal, definida, agora, pelo tipo de verbo predicador. Suas observações convergem para um mesmo ponto: o desaparecimento de pronomes clíticos em função de Objeto.

Esse aspecto é também muito valorizado na análise de Decat (1989). Diferentemente de Berlinck, Decat compara dados da situação atualmente vigente com dados diacrônicos, enfocando especialmente as Construções de Tópico (CTs), antes analisadas por Braga (1986) e Pontes (1987). Observa Decat que predominam no *corpus* diacrônico clíticos correferentes das CTs em comparação à frequência de não-clíticos. Observa ainda que a principal diferença entre os dados sincrônicos e os diacrônicos aponta para a seguinte direção: como as CTs provocam naturalmente uma inversão na ordem dos constituintes, sua tendência é

desencadear co-referência preferencial com clíticos, que ainda permanecem na língua escrita em decorrência da necessidade de tornar visíveis as funções temáticas.

Conforme já transparecia nos dados discutidos por Braga e por Pontes, foi-se perdendo essa função dos clíticos de visibilizar as funções temáticas, em consequência do enfraquecimento progressivo do sistema de casos da língua. Desse modo, o clítico acusativo passa a ser substituído por um pronome de caso nominativo ou é suprimido, ocasionando os casos de anáfora zero. Em consequência desse processo, as CTs configuram uma ordem intermediária TVO para o português, conforme postula Vennemann (1973), antes de se enquadrar na tipologia SVO. Decat conclui que, da ordem SOV do latim clássico, o português chegou à ordem SVO das línguas românicas, passando antes pela fase TVO.

A análise fornecida por Decat considera que é o Tópico que vai para uma posição vazia de sujeito, conforme o enfoque gerativista que adota. Nossa análise para esse caso conduz a uma direção coincidente, mas formalmente contrária: diacronicamente o sujeito é que foi ocupando a posição P1, quando Tópico. Decat considera que a sentença (31) é uma construção declarativa comum desprovida de Tópico. Já em nossa análise, no constituinte pré-verbal coincidem as funções de Sujeito e Tópico.

(31) *O menino leu o livro.* (Decat, 1989, p.135)

O PB permanece de fato em uma fase de transição cuja direção parece apontar para uma consistente ordenação P2, P1SVO. No nível da predicação, em que a cabeça é o verbo, o português é considerado uma língua tipologicamente posposicional do tipo P1VSO (Dik, 1989). Em línguas posposicionais, a reinterpretação de P1 como posição básica de Sujeito conduz a um novo padrão SVO. Como P1 é considerada uma posição universalmente relevante, a necessidade de adicionar uma nova posição P1 provoca o surgimento do padrão P1SVO. Foi justamente esse processo de reinterpretação que ocorreu no PB: nas sentenças em que o Sujeito/Tópico ocupa a posição pré-verbal, esta pode ser considerada pragmaticamente não-marcada.

Além disso, segundo Greenberg (1963), as línguas VSO sempre dispõem de SVO como ordem alternativa, estando, por isso, intrinsecamente sujeitas a certa pressão para evoluírem para SVO. O fato de que somente línguas com verbo em posição inicial são sensíveis ao processo de reinterpretação de P1, conforme já discutido, é um forte argumento para a análise desenvolvida aqui a respeito do PB.

Como uma consequência teórica importante que se deduz dessa hipótese, postulamos que, com o já atestado desaparecimento dos clíticos, o português necessitou reestruturar-se, marcando o caso sintático por meio da ordem de palavras. A posição pré-verbal vem-se tornando progressivamente uma marca formal para o Sujeito e a posição pós-verbal, uma marca formal para Objeto.

Passemos agora à discussão de alguns casos especiais, que parecem indicar a transição de um padrão funcional para outro. Um deles é a emergência de estruturas “especiais” no PB como (32), em que a concordância é engatilhada pelo Tópico, interpretado como Sujeito, por estar na posição pré-verbal.

(32) *Minhas gavetas não cabem mais nada.* (Decat, 1983, p.21)

Observe-se que essa mesma interpretação se aplica a estruturas como (33), em que o sujeito da predicação encaixada atua como se fosse sujeito do verbo mais alto, com o qual mantém concordância número-pessoal, sendo o complemento expresso por um infinitivo não-flexionado.

(33) *As crianças parecem estar cansadas.*

Perlmutter (1976) interpretou essa sentença como derivada da estrutura subjacente (34), mediante uma regra de alçamento de sujeito, com a ressalva de que somente sujeitos pré-verbais podem ser submetidos à regra.

(34) *Parece que as crianças estão cansadas.*

Em (32), um constituinte satélite é colocado em P1, posição ocupada geralmente pelo Sujeito quando Tópico, parecendo receber uma espécie de promoção para uma função argumental. Em (33), o processo é o mesmo, com a diferença de que o constituinte Sujeito da oração encaixada é alocado na posição P1 da oração principal. Trata-se, nos dois casos, de um constituinte com função de Tópico.

Fenômeno similar, numa imagem especular, concerne a construções V+SN, em que a ausência de concordância com o verbo indica uma reinterpretação do SN sujeito como objeto, exatamente em razão da posição pós-verbal, que vem configurando então posição não-marcada de objeto, como se observa em (35).

(35) *falta elementos técnicos.* (D2-SP-62:84)

Outro indício da transição de um padrão para outro é a perda progressiva do chamado *parâmetro do sujeito nulo*, tendência em curso no

português falado contemporâneo de preencher a posição pré-verbal com algum elemento vazio de conteúdo. Essa pro-forma está muito próxima sintaticamente de um elemento expletivo, típico de línguas de sujeito não-nulo, como o inglês e o francês, que necessitam preencher a posição de sujeito. Evidência empírica de que a posição vazia de sujeito já não é tão produtiva foi fornecida por Tarallo (apud Kato & Tarallo, 1986). Seus dados diacrônicos mostram que o padrão dominante é sujeitos vazios e objetos preenchidos; já os dados sincrônicos indicam o oposto: os sujeitos passam a ser preenchidos e os objetos é que se tornam vazios. Como a mudança não se completou ainda, o processo permanece variável.

Esse fenômeno se difunde por várias partes do sistema gramatical, conforme se observa nas construções (36a-b) que tendem a alternar-se com os casos tradicionais de indeterminação de sujeito.

(36) a. *eu posso representar graficamente.* (EF-POA-278)

b. *tu sente(s) a pimenta, o gosto da pimenta.* (D2-POA-278)

As formas grifadas não se referem às pessoas do discurso, contextualmente determinadas. Tanto é verdade que as duas sentenças poderiam ser parafraseáveis respectivamente como (36c) e (36-d).

(36) c. *pode-se representar graficamente.*

d. *sente-se a pimenta.*

Atua concomitantemente um processo de centração dêitica mediante o qual o preenchimento da posição de sujeito se faz com o uso de pronomes referentes aos participantes do ato de fala. Quando esse processo de centração dêitica não atua, o preenchimento nos casos de indeterminação submete-se à pressão de pontos mais baixos de uma hierarquia de animacidade com o emprego de mecanismos lexicais que indicam traços de genericidade, conforme se observa em (37) (Camacho, 1994).

(37) *Um indivíduo não tem condições...de resolver: todas aquelas questões.* (DID-RE-131)

Um caso ainda mais significativo, que parece favorecer a interpretação de expletivo para o constituinte ocupando a posição de sujeito numa construção de indeterminação, é o que se observa em (38), em que a forma grifada não é co-referente de nenhuma outra no contexto textual, nem se refere a pessoa alguma da situação discursiva.

(38) *Doc. e como é que a senhora acha que é elaborada uma peça de teatro antes dela ser apresentada?*

Inf. *ah aí você pegou porque eu não sei não como é elaborada?...deve ser como na televisão eles preparam o o o:...o a peça...* (DID-SP-234:108)

A forte proeminência das pessoas do discurso, vinculada a essa tendência de preenchimento formal da posição de sujeito, fornece às vezes alternativas, como (39a), para construções apresentacionais, que deveriam, por definição, ter o sujeito na posição pós-verbal, como a paráfrase contida em (39-b).

(39) a. *são as deficiências de tudo quanto é cidade desse país você tem problemas básicos não acredito que haja problemas de abastecimento.* (D2-RE-05).

b. *tem (há) problemas básicos.*

Essa direção, que aponta para o desaparecimento do clítico indefinido *se* e conseqüente substituição por formas lexicais ou pronominais, se encaixa na tendência geral, já mencionada, de um fenômeno mais abrangente no PB que é o desaparecimento dos clíticos, conforme já observado por Kato & Tarallo (1986). Pode-se dizer então que o clítico, ainda remanescente nos registros formais e na modalidade escrita, representa uma forma expletiva do Sujeito, como se observa em (40), cuja configuração seria P1SV(O).

(40) *todos os dias se tira o leite.* (DID-SP-18:28)

Para comprovar ainda mais a aplicação desse esquema a construções remanescentes de indeterminação com *se*, bastam as placas espalhadas por todo o país em que se observa a tendência para não interpretar como Sujeito o SN colocado em posição pós-verbal em construções como (41) em que P1 permanece vazia.

(41) *Vende-se frangos.*

Como se sabe, a Nomenclatura Gramatical Brasileira insiste em diferenciar formalmente essa construção dos demais casos de indeterminação, interpretando-a como caso de passiva. Na interpretação funcionalista que adotamos, aí também o clítico *se* é analisado como um expletivo na posição de sujeito. Não havendo nenhum elemento para ocupar P1, essa posição fica vazia; assim, o padrão funcional que se aplica a construções como (41) é P1VSO.

Uma pergunta que se coloca naturalmente é se, também em termos tipológicos, o PB deveria enquadrar-se na classe de línguas VSO, ou SVO, como se sustenta comumente na literatura. Passaremos a examinar essa questão a partir de outros parâmetros tipológicos, vinculados à ordenação de constituintes.

Considerando a tipologia com base na ordenação de constituintes, Greenberg (1963) arrola 24 tipos logicamente possíveis de línguas, baseando-se na combinação de quatro parâmetros, que aqui repetimos: 1. o da ordem de constituintes sentenciais: VSO/ SVO/ SOV; 2. línguas com preposições (Pr) e línguas com posposições (Po); 3. ordenação entre a cabeça nominal (N) e o genitivo (G): NG/ GN; 4. ordenação entre a cabeça nominal (N) e o adjetivo (A): NA/ AN. Dessas 24 possibilidades lógicas, a amostragem de Greenberg atesta realmente quinze. Ao final, em apenas quatro tipos, é possível serem enquadradas muito mais línguas que em qualquer um dos onze restantes, conforme se observa em (42).

- (42) a. VSO/ Pr/ NG/ NA
b. SVO/ Pr/ NG/ NA
c. SOV/ Po/ GN/ NA
d. SOV/ Po/ GN/ NA.

Em relação aos parâmetros não-sentenciais, o português se incluiria na classe das línguas Pr/ NG/ NA, compatível com os dois padrões funcionais aqui descritos para o PB, VSO e SVO. Considerando-se ainda outras generalizações, verifica-se que, com exceção da posição do sujeito, os tipos a e b são idênticos. Essa espécie de generalização, que considera a ordem do sujeito irrelevante, elaborada por Lehmann e Venemann, já mencionada anteriormente, conduziria a uma convergência entre os tipos a/b e c/d, fornecendo, respectivamente, duas classes tipológicas: VO/ Pr/ NG/ NA e OV/ Po/ GN/ NA (Comrie, 1989).

Se os tipos são tendências universais não absolutas, parece justificável pelas evidências empíricas enquadrar o português, incluindo aí o PB e o PP, numa tipologia VSO, tendo em vista principalmente que as variações detectadas em diversos setores da gramática apontam para uma fase de transição cujas mudanças ainda não se completaram. Além disso, enquanto a existência de ordem com o verbo em posição inicial ou do tipo SOV parece correlacionar-se fortemente com vários outros parâmetros tipológicos de ordem de constituintes, a existência da ordem SVO não parece correlacionar-se particularmente com nenhum outro (Comrie, 1989). Em outros termos: saber que uma língua é VSO ou VOS permite prever seu valor em relação a outros parâmetros; saber, por

outro lado, que uma língua é SVO não permite predizer virtualmente nada.

Esses argumentos de Comrie reforçam a idéia de que a generalização VO/ OV não é perfeitamente justificável para incluir línguas SVO. Entretanto, apontam para outra direção, que é o caráter flutuante das línguas SVO, caso específico do PB, que apresenta evidência disso nos setores da gramática sujeitos à variação. Sem especulação, parece inquestionável que VSO é, de uma perspectiva diacrônica, a ordem primitiva, da qual SVO se derivou, tendo em vista a harmonia que esses dois tipos mantêm com outros parâmetros de ordenação de constituintes.

Palavras finais

O objetivo específico deste trabalho foi apresentar uma explicação para uma série de fenômenos interligados que vêm ocorrendo no PB, vinculados à ordenação de constituintes e que, até então, ou receberam interpretação parcial, aplicada a fenômenos localizados, ou receberam interpretação em quadros teóricos alternativos. Com relação a esse último caso, o enfoque funcionalista aqui adotado pôde fornecer, acreditamos, um tratamento mais abrangente desses fenômenos, na medida em que incluiu em seu escopo uma grande variedade de construções formalmente diferentes.

Defendeu-se a idéia de que o PB conta com dois padrões funcionais para a ordenação de constituintes que configuram os esquemas simplificados P1VSO e P1SVO. Avançou-se a hipótese de que o português se enquadrava, no passado, no padrão VSO, conforme, aliás, comprova a existência ainda de estruturas VS remanescentes.

A gramática do PB requer um padrão geral de ordenação, conforme o esquema P2, P1(S)V(S)OX, P3, definido, como se viu, pelas características especialmente variáveis das posições pré- e pós-verbais, o que determina necessariamente a existência dos dois padrões funcionais postulados.

A interpretação dos fatos permitiu sustentar a hipótese de que o período atual do PB representa uma fase de transição, comprovada por fatores existentes em partes diversas do sistema gramatical, que dizem respeito aos seguintes fenômenos:

1 O preenchimento da posição inicial, primeiramente pelo SN na função de Sujeito/Tópico em P1 e, posteriormente, pela colocação de uma espécie de sujeito vazio, sem atribuição de função semântica.

2 A tendência ao esvaziamento dos clíticos parece indicar um enrijecimento da ordem SVO e, em termos do esquema funcional adotado, a criação progressiva de uma nova posição P1. Nesse caso, a posição pré-verbal não mais convergiria com P1 e configuraria, então, um espaço para a marcação de Caso Nominativo em PB, reservando-se para a posição pós-verbal a atribuição de Caso Acusativo.

3 Realização ou não da regra de concordância verbal, em termos de número, seja com o SN pós-verbal, seja com o SN pré-verbal de CTs.

Convém esclarecer que esta interpretação aponta para duas tendências aparentemente opostas: por um lado, um sistema Sujeito/Objeto gramaticalmente enfraquecido parece conduzir para a especialização das posições pré- e pós-verbal, respectivamente, para Sujeito e Objeto; por outro, o preenchimento de posições especiais possibilita um sistema de regras mais forte e mais rico para exploração pragmática. Não constituem tendências conflitantes, mas perfeitamente complementares e com grande chance de se estabilizarem num sistema harmônico de convivência. De uma forma ou de outra, essa natureza instável e variável é, desnecessário dizer, uma característica própria dos sistemas em transição.

PEZATTI, E. G., CAMACHO, R. G. Sentence word order: a functional interpretation. *Alfa (São Paulo)*, v.41, n.esp., p.99-126, 1997.

- *ABSTRACT: The aim of this paper is to provide a functional interpretation of the sentence word order of spoken Brazilian Portuguese. It demonstrates that the pragmatic motivations for SVO and VSO functional patterns, actually in use, relate both of them to a possible change from VSO to SVO type in Brazilian Portuguese typological classification.*
- *KEYWORDS: Word order; typological classification; SVO order; VSO order.*

Referências bibliográficas

- BENTIVOGLIO, P., BRAGA, M. L. Espanhol, português e ordem de palavras. *D.E.L.T.A. (São Paulo)*, v.4, n.2, p.163-82, 1988.
- BERLINCK, R. A. A construção V+SN no português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno da ordem. In: TARALLO, F. (Org.) *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas: Pontes Editores, 1989.

- BITTENCOURT, V. O. Considerações sobre as condições sintáticas de posposição do sujeito em português. *Ensaio de Linguística (Belo Horizonte)*, v.3, p.72-86, 1980.
- BRAGA, M. L. Construções de tópico de discurso. Rio de Janeiro, 1986. (Relatório final do projeto subsídios sociolinguísticos do projeto censo à educação – FINEP).
- CAMACHO, R. G. Estrutura argumental e ponto de vista. SEMINÁRIO DO PROJETO DA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS FALADO, 8, 1994, Campos de Jordão. (Mimeogr.).
- CASTILHO, A. T., PRETI, D. (Org.) *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: materiais para seu estudo*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1986-1987. 2v.
- COMRIE, B. *Language Universals and Linguistic Typology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1989.
- DECAT, M. B. N. Concordância verbal, topicalização e posposição do sujeito. *Ensaio de Linguística. Cadernos de Linguística e Teoria da Literatura (Belo Horizonte)*, v.5, n.9, p.9-48, 1983.
- _____. Construções de tópicos em português: uma abordagem diacrônica à luz do encaixamento no sistema pronominal: In: TARALLO, F. (Org.) *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas: Pontes Editores, 1989.
- DIK, S. C. *Functional Grammar*. Dordrecht: Foris Publications, 1981a.
- _____. The interaction of subject and topic in Portuguese. In: BOLKESTEIN, A. M. et al. *Predication and Expression in Functional Grammar*. New York: Academic Press, 1981b.
- _____. *The theory of functional grammar*. Dordrecht: Holland, 1989.
- DRYER, M. SVO languages and the OV:VO typology. *Linguistics*, v.27, p.443-82, 1991.
- DUARTE, M. E. L. A perda da ordem VS em interrogativas QU no português do Brasil. *D.E.L.T.A. (São Paulo)*, v.8, n.esp., 1992.
- GIVÓN, T. Topic, pronoun and grammatical agreement. In: LI, C. N. (Ed.) *Subject and Topic*. New York: Academic Press, 1976.
- GREENBERG, J. H. Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements. In: _____. (Ed.) *Universals of Language*. Cambridge: MIT Press, 1963.
- ILARI, R. et al. Considerações sobre a posição dos advérbios. In: CASTILHO, A. T. (Org.) *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp-Fapesp, 1990. v.1. p.63-141.
- KATO, M. Inversão da ordem SV em interrogativas no português: uma questão sintática ou estilística? *D.E.L.T.A. (São Paulo)*, v.3, n.2, 1987.
- KATO, M., TARALLO, F. Anything YOU can do in Brazilian Portuguese. In: JAEGGLI, O, SILVA-CORVALÁN, C. (Org.) *Studies in Romance Linguistics*. Dordrecht: Foris, 1986.

- KEENAN, E. L. Towards a universal definition of "subject". In: LI, C. N. (Org.) *Subject and Topic*. New York: Academic Press, 1976.
- LEHMANN, W. P. A structural principle of language and its implications. *Language*, v.49, p.47-66, 1973.
- LI, C. N., THOMPSON, S. A. Subject and topic: a new typology of language. In: LI, C. N. (Org.) *Subject and Topic*. New York: Academic Press, 1976.
- LIRA, S. de A. Subject postposition in Portuguese. *D.E.L.T.A. (São Paulo)*, v.2, n.1, p.17-36, 1986.
- LOPES, D. K. O papel da inversão sujeito-predicado na percepção de sentenças. *Estudos Linguísticos (Araraquara)*, v.4, p.71-89, 1981.
- PÁDUA, M. P. C. M. *A ordem das palavras no português arcaico*. Coimbra: Instituto de Estudos Românicos, 1960.
- PAK, T. R. On the order of sentence constituents. *Lingua*, v.32, n.4, p.325-32, 1973.
- PERLMUTTER, D. M. Evidence for subject downgrading in Portuguese. In: SCHIMIDT-RADEFELT (Ed.) *Readings in Portuguese Linguistics*. Amsterdam: North Holland, 1976. (North-Holland Linguistic Series, 22).
- PEZATTI, E. G. *A ordem de palavras em português: aspectos tipológicos e funcionais*. Araraquara, 1992. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.
- PONTES, E. A ordem VS em português. *Ensaio de linguística*. Cadernos de Linguística e Teoria Literária (Belo Horizonte), v.7, p.90-137, 1982.
- _____. *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes Editores, 1987.
- PRETI, D., URBANO, H. (Org.) *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: materiais para seu estudo*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988.
- PULLUM, G. K. Word order universal and grammatical relations. In: COLE, P., SADOCK, J. (Ed.) *Syntax and semantics*. New York: Academic Press, 1977. v.8.
- SOUZA E SILVA, M. C. P. Sintagmas nominais pospostos: sujeitos ou objetos diretos? *Estudos Linguísticos (Araraquara)*, v.4, p.334-46, 1981.
- TARALLO, F., KATO, M. Harmonia transistêmica: variação inter- e intra-linguística. *Predição* – 5. Campinas: RG, 1989.
- URBANO, H. A ordem do sujeito no português falado. *Estudos Linguísticos (Campinas)*, v.14, p.41-56, 1987.
- VENNEMANN, T. Explanation in syntax. In: KIMBALL, J. (Ed.) *Syntax and Semantics*. New York: Academic Press, 1973. v.2.
- VOTRE, S., NARO, A. Emergência da sintaxe como efeito discursivo. Rio de Janeiro, 1986. (Relatório final de subsídios sociolinguísticos do Projeto Censo à Educação – FINEP).